**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – CATAGUASES MG**

**CONSELHO MUNCIPAL DE SAÚDE**

**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2017 DO**

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE**

Aos quatro dias do mês de abril de dois mil e dezessete, no auditório da Sociedade Médica e Cirúrgica de Cataguases, situada na Rua Antônio Augusto Souza Filho, nº 442, bairro Vila Tereza, Cataguases MG, foi realizada a Primeira Reunião Extraordinária do Ano de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases, conforme pauta adiante: 1- Informes do dia; 2- Apreciação e aprovação da ata da 2ª Reunião Ordinária do ano de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases; 3- Apreciação, discussão e alteração do Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases, conforme determinado no art. 21, §1º do referido regimento; 4- Assuntos de interesse dos Conselheiros. Conselheiros presentes: Eliermes Teixeira de Almeida (governo), Tarcísio do Carmo P. Lana (ABO), Iraci Albina da Silva (Sind. dos Trab. Da Área da Saúde), Joseph Antônio Freire (suplente Asso. Méd. e Cirur. De Cata.), Valéria L. da Silva (CAPS), Ronaldo do Carmo de Rezende (Sind. Rural), José do Carmo de Paula Silva (Pastoral da Criança), Rogério Tobias Norte (Rotary Club), José Francisco Ferreira (SSVP), Carlos Silvério (Sinserpu), Moisés Moura Brito Júnior (CREA) e Emília O. Mota (UAMC). Convidados:Marianne Alves Vieira (Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases), Cláudio Amâncio (suplente UAMC), Celso dos Santos Medeiros, Tânia Maria de Carvalho, Murilo L. Sousa S. e Miriam Alves de Sousa (Labclim). Encontravam-se presentes 12 (doze) conselheiros, portanto, houve quorum, e 05 (cinco) convidados. Sendo assim o Presidente do Conselho José do Carmo deu início à reunião às 20hs20min cumprimentando a todos e pedindo que todos ficassem de pé para fazerem uma oração pelo falecimento do companheiro Renato Vieira. Em seguida, o Presidente do Conselho comunicou os presentes que, em cumprimento ao ofício 1.133/2016, datado de 04 de novembro de 2016, onde consta um parecer técnico da Promotoria de Justiça, questionando o Conselho em relação a inconsistências em sua composição; que o ofício aponta que temos uma entidade pertencente ao governo ocupando uma cadeira de representação dos trabalhadores na área da saúde e uma instituição, no caso o CISUM, que seria governo e não trabalhador; que diante disso eles propõem aos conselheiros que seja feita a substituição do CISUM pelo Labclim, que é prestador de serviços privados, o CTZ Imagens como; que a composição do Conselho na área dos prestadores está ficando: Hospital de Cataguases, CTZ Imagem, Labclim, CAPS e Secretaria Municipal de Saúde; que na questão dos trabalhadores ficou: Conselho Regional de Enfermagem, Sociedade Médica e Cirúrgica de Cataguases, Sindicato dos Empregados de Estabelecimentos e Serviços em Saúde, Associação Brasileira de Odontologia e Sindicato dos Agentes Comunitários e Endemias de Cataguases; que essa é a nova composição do Conselho que eles apresentam a partir de agora; que é sabido que as instituições são eleitas em Conferência, mas para que possamos adequar, e considerando que a Assembléia é soberana, a gente faz essas modificações. O Presidente colocou a nova composição do Conselho em votação, solicitando que aqueles que aprovassem permanecessem sentados e os que não aprovassem se levantassem. O Conselheiro Joseph se absteve de votar e pediu a palavra, uma vez que o Presidente do Conselho não havia colocado o assunto em apreciação, indo direto para votação, e disse que estava se abstendo em virtude das substituições, conforme expresso no Regimento do Conselho, somente poder serem feitas através de uma Conferência Municipal de Saúde; que, apesar da Assembléia ser soberana, nós temos que seguir o Regimento; que ele gostaria de saber como ficou a parte dos representantes do governo. O Presidente do Conselho disse que o CAPS ficou como governo e o CEO virá como suplente junto com o CAPS, sendo algo que eles podem negociar no futuro, e a Secretaria Municipal de Saúde como governo. O Secretário de Saúde Eliermes questionou se o Sindicato dos Agentes Comunitários e Endemias de Cataguases tem regulamentação, foi criado, tem documentação e sede em Cataguases. O Presidente do Conselho disse que ele foi criado, tem filiados e a sede fica em Juiz de Fora. O Secretário de Saúde disse que se não tem sede aqui não pode fazer parte do Conselho e que o Conselho não pode escolher entidades para substituir fora de uma Conferência e, por isso, ele se abstém de votar porque isso está sendo feito fora da legalidade. O Presidente do Conselho se justificou dizendo que normalmente as instituições que vem pela Conferência são de usuários, mas que estamos em regime de urgência e temos que resolver isso; que no momento oportuno iremos regularizar; que estamos com essa pendência desde novembro de 2016, a assembléia é soberana e nós podemos regularizar isso. A Secretária Executiva do Conselho Marianne esclareceu que realmente o Regimento Interno do Conselho determina que as entidades que compõem ou substituem outras no Conselho têm que ser eleitas em Conferência, entretanto, em seu artigo 12, inciso IV, ele também traz que quando uma entidade falta um determinado número de vezes ela deve ser substituída por entidade suplente ou entidade eleita no segmento ou sub-segmento que tenha participado da Conferencia Municipal de Saúde, sendo que o mesmo artigo determina que se não houver entidades suplentes, bem como novo suplente, o Conselho Municipal de Saúde estabelecerá critérios para a escolha de nova entidade, comunicando a comunidade que existe cadeira vaga, para que as entidades possam se inscrever; que tem como fazer a substituição sem Conferência, mas para isso o Conselho deverá estabelecer os critérios para que as entidades interessadas possam vir a apresentar seu interesse e, posteriormente, a plenária decidir; que em relação ao ofício do Ministério Público, conforme o Presidente do Conselho colocou, ela recebeu o documento em novembro do ano passado; que, somente a título de esclarecimento para que os conselheiros possam compreender, esse ofício é em decorrência de uma inquérito civil público que foi instaurado pela 1ª Promotoria de Cataguases no ano de 2011, para apurar supostas irregularidades no Conselho Municipal de Saúde de Cataguases; que, apesar de nem todos recordarem, ela veio para o Conselho como Secretária Executiva no ano de instauração do inquérito, justamente para poder organizar e regularizar o Conselho; que todo ano, em virtude do referido inquérito, a Promotoria encaminha ofício para a Secretaria Executiva solicitando informações e documentos a respeito do Conselho e ela sempre providencia tudo para que o então Presidente possa responder; que esse parecer foi emitido, mas não estipulou prazo para que o Conselho seja regularizado, somente informou as conclusões que o parecer técnico elaborado pelo setor técnico do próprio Ministério Público; que se os conselheiros, a plenária assim quiser ela pode encaminhar cópia do parecer para todos analisarem, pois ele traz que a composição do Conselho no sistema CADCES, o qual é alimentado por ela, está correta sendo o Conselho paritário, mas quando ele analisa verifica que tem entidades que deveriam estar em outro segmento; que a composição paritária é simplesmente respeitar 50% da composição como representantes de usuários, 25% prestadores de serviços públicos e privados e 25% de trabalhadores da área da saúde; que dentro dos 25% dos prestadores de serviços públicos e privados o correto é serem 50% privados e 50% públicos, entretanto, em virtude do número total de membros que compõe o Conselho, o número de entidades que representam os prestadores é cinco, ou seja, sempre teremos 3 entidades públicas e 2 privadas, ou 3 públicas e duas privadas, pois cinco é número ímpar sendo impossível dividir igualmente. O Conselheiro Ronaldo também se absteve de votar em virtude das dúvidas que surgiram. O Conselheiro Joseph disse que também faltou os conselheiros tomarem conhecimento do parecer técnico do Ministério Público, ficando inviável realizarem qualquer votação hoje; que ele sugere que o parecer seja encaminhado para todos e, posteriormente, ser debatido e depois aprovado de forma democrática, e não o Presidente do Conselho simplesmente dizer que deve ser feita e todos aprovarem; que ele aproveita para lembrar que nós já estamos no quarto mês de mandato desta Mesa Diretora e as Comissões do Conselho ainda não foram nomeadas. O Presidente do Conselho disse que a idéia dele é resolver mesmo; que para isso é preciso resolver uma série de situações, inclusive essa questão da composição para fazer o Conselho funcionar da forma correta; que inclusive o nosso Regimento traz que todo ano ele deve ser colocado na primeira reunião do ano em votação, apresentar propostas de mudança e aprovar ele, mas ele ainda não conseguiu fazer isso. O Presidente do Conselho perguntou novamente se poderia aprovar a proposta de alteração da composição do Conselho. O Conselheiro Rogério Tobias Norte questionou que o ofício do Ministério Público chegou em novembro do ano passado, já tendo havido tempo suficiente para ser repassado para todos, mas novamente chega um ofício, fica engavetado e chega aqui na hora da morte; que ele acha que tem que votar e as alterações fazem depois; que se chegou e não foi passado para todos ele gostaria de saber porque não foi passado, qual a dificuldade de tirar uma cópia e encaminhar. O Secretário de Saúde Eliermes disse que, somente para lembrar, o ofício chegou em novembro, ele estava como Presidente do Conselho, e em dezembro a reunião foi logo no início do mês para fazer a eleição; que, por isso, ele não encaminhou o ofício. A Secretária Executiva do Conselho disse que logo no início do mês de janeiro o ofício foi entregue por ela nas mãos do novo Presidente do Conselho; que ela não encaminhou cópia para os conselheiros porque o Presidente não determinou que ela assim o fizesse, como o ofício foi enviado para o Presidente do Conselho, ela não poderia simplesmente tirar cópia e mandar para os demais sem que ele assim o determinasse. O Conselheiro Rogério disse que, diante da urgência do documento, a Secretária deveria ter pedido uma extraordinária encaminhado o documento para todos, e não esperado a iniciativa do Presidente. A Secretária esclareceu que, conforme consta no Regimento Interno do Conselho, as reuniões são convocadas pelo Presidente do Conselho e não por ela, e a pauta é elaborada também por ele, ela não pode pegar e convocar uma reunião. O Conselheiro Rogério disse que tudo bem, então ela diga que foi o Presidente do Conselho que não quis passar. A Secretária disse que não foi isso, que o Presidente recebe o documento, disse que ia analisar e passar para a assembléia, que é o que ele está fazendo. O Presidente do Conselho disse que ele assume o grau e risco da responsabilidade de não ter passado o documento para os conselheiros; que ele confessa que isso foi na ânsia de resolver e acabou se precipitando, achando que eles poderiam resolver agora somente citando uns trechos do parecer técnico; que ele volta a perguntar, se os conselheiros não concordarem eles tiram isso da pauta. O Conselheiro Carlos Silvério disse que se abstém porque o Sindicato dos Agentes não tem sede aqui, conforme o Secretário de Saúde colocou anteriormente; que tal sindicato não tem legitimidade total para trabalhar em Cataguases. Diante de todas as questões levantadas, e atendendo o que foi decidido pela assembléia, o Presidente do Conselho suspendeu a votação, informou que o parecer técnico será encaminhado para todos os conselheiros e durante o mês eles resolvem essa questão da composição. Em seguida, o Presidente passou para o item seguinte da pauta questionando os conselheiros se poderia ser dado continuidade para que fosse colocado o Regimento Interno do Conselho em votação. O Secretário de Saúde disse que eles deveriam ter recebido as propostas de alteração; que a primeira coisa que devia ter sido feita, lá na primeira reunião, é ter nomeado as comissões, para que, hoje, a comissão pudesse chegar com um parecer sobre o Regimento e as propostas de alteração depois de ter avaliado tudo. O Presidente do Conselho disse que foi entregue uma cópia do Regimento para todos os conselheiros; que cada um deveria ter lido e analisado para hoje fazer propostas de mudança nele ou não; que, a título de exemplo, há um apelo muito grande para mudar a data da reunião para a última segunda-feira do mês; que como ninguém analisou, ele tira o assunto da pauta, mas deixa desde já consignado que na próxima reunião os conselheiros deverão ter lido o Regimento para que eles possam analisá-lo e, se necessário, alterá-lo, bem como decidirem quais as instituições que irão compor o Conselho. O Conselheiro Joseph disse que em relação ao Regimento Interno cabe a comissão fazer a análise desse Regimento e trazer para os conselheiros um parecer técnico já pronto; que ele pede que monte as comissões e, a partir da próxima reunião do Conselho, essa comissão eleita traga o parecer para que eles possam analisar e votar propostas de alteração. O Presidente do Conselho concordou e perguntou quais conselheiros gostariam de compor a Comissão Transitória para Análise do Regimento e Elaboração de Eventuais Propostas de Alterações, tendo a referida comissão sido composta por: Conselheiro Rogério Tobias Norte, Conselheira Valéria Lazaroni, Conselheiro Joseph Antônio Freire, Conselheiro Carlos Silvério e Conselheira Iraci Albina da Silva. Em seguida, o Presidente do Conselho perguntou que conselheiros gostariam de compor a Comissão de Finanças do Conselho, tendo a referida comissão sido composta por: Conselheiro Rogério Tobias Norte – usuário – Rotary Club; Conselheira Iraci Albina da Silva – trabalhador da área da saúde – Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Cataguases, Leopoldina, Miraí, Astolfo Dutra e Ubá; Conselheiro Joseph Antonio Freire **–** trabalhado da área da saúde - Sociedade de Medicina e Cirurgia de Cataguases; Conselheiro Carlos Silvério da Silva Oliveira – usuários - Sindicato dos Servidores das Prefeituras de Cataguases, Astolfo Dutra, Santana de Cataguases, Itamarati de Minas e Dona Euzébia; e Conselheiro José Francisco Ferreira – usuários – Sociedade São Vicente de Paulo. O Presidente disse que fica faltando a Comissão de Planejamento, mas que eles podem ver depois. Dando sequência, o Presidente do Conselho colocou a ata da 2ª Reunião Ordinária do ano de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases em apreciação, deixando a palavra livre. O Conselheiro Ronaldo disse que ele deu uma lida e na relação de presentes não consta o nome dele na ata. A Secretária Executiva disse que o nome dele não consta porque, pela lista de presença, ele não estava presente. O Presidente, então, colocou a ata da 2ª Reunião Ordinária do ano de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases em votação, solicitando que aqueles que a aprovassem permanecessem sentados e os que não aprovassem se levantassem, A ata da 2ª Reunião Ordinária do ano de 2017 do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases foi aprovada por unanimidade. Dando continuidade, o Presidente passou a palavra ao Secretário de Saúde que informou aos presentes que o SISPACTO de 2017 já deveria estar sendo aprovado pelo Conselho; que o sistema já deveria ter sido aberto para eles, conforme ocorre todo ano, mas esse ano não abriu; que a GRS estava esperando abrir, que já tinha até passado para eles os indicadores, a proposta do Estado; que ontem, ele recebeu uma ligação da GRS por volta das 15hs00min, eles passaram por email também, informando que hoje, na reunião da CIR eles deveriam levar as propostas que foram encaminhadas pelo estado para fazer a aprovação, porque eles teriam que encaminhar para o Ministério da Saúde ainda no mês de abril; que isso é mais uma dessas coisas que vêm de cima para baixo; que hoje na reunião todos os municípios pactuaram e aprovaram *ad referedum* para o Conselho; que a orientação seria que todos os conselhos fizessem uma reunião extraordinária para poder fazer a aprovação desse SISPACTO; que, a partir do momento que foi aprovado hoje na GRS, eles teriam no máximo até segunda-feira para aprovar no Conselho, fazer a Resolução, para aprovar na reunião da CIRA no dia 15 ou 17; que, por causa disso, ele não teve tempo de fazer nada, encaminhar nada; que ele trouxe hoje a mesma proposta que mandaram para ele; que ele conversou com o Presidente antes do início da reunião para ver se incluía isso na pauta hoje ou convocava uma extraordinária; que tudo isso é orientação do estado que mandou para eles 23 indicadores para pactuar em 2013, 2014, 2015 e 2016, e o que seria para 2017; que ele sabe que isso está fora, mas se não fizermos a extraordinária ou aprovarmos hoje, seremos prejudicados. O Conselheiro Joseph, após analisar o documento, disse que são vários indicadores, de 2012 a 2016 e uma sugestão para esse ano; que os indicadores falam sobre mortalidade prematura, óbitos de mulheres em idade fértil, entre outros; que esses dados, alguns desses dados, a Comissão de Finanças teve acesso a eles através dos Relatórios de Gestão dos anos de 2015 e 2016, como o registro de óbito de causa definida, o calendário de vacinação sobre aquela porcentagem de cobertura vacinal, a questão da poliomelite, tríplice viral, pneumocóxica, da notificação compulsória dos casos que tem que ser feitos, casos de haseníase, casos de malária, sífilis congênita, novos casos de AIDS em menos de cinco anos, avaliação das amostras de água para consumo com relação a presença de coliformes fecais, os exames preventivos na idade fértil, exames de mamografia, parto SUS, enfim, são todos dados, indicadores que nós já conhecemos de forma direta e indireta; que ele segue um padrão baseado nessa porcentagem de ano a ano; que ele acha que não em nada de mais, que ele viu esses indicadores, que não tem nada que eles estejam fazendo errado; que ele acha que podem aprovar isso aqui sem nenhum risco para eles; que é um dado importante, a Secretaria precisa disso e se ele ta falando ele assina em baixo e a Sociedade Médica assume a responsabilidade por isso aqui. O Presidente do Conselho perguntou se algum conselheiro tinha alguma dúvida. O Conselheiro Ronaldo pediu para esclarecerem se ele havia entendido, que são dados indicativos elaborados pelo estado de Minas Gerais; que o estado elabora os indicadores do município de Cataguases. O Secretário de Saúde explicou que, por exemplo, sobre o óbito de menores de um ano de idade, no ano de 2013 aumentou, em 2015 diminui, se no ano passado tivemos quatro a intenção é diminuir; que o estado pega e durante quatro anos faz esse apanhado para estabelecer o indicador para nós diminuirmos; que é um plano de metas, sendo 23 indicadores que, alguns, você tem que aumentar e outros diminuírem. O Presidente do Conselho perguntou se mais alguém tinha algo a dizer, não tendo ninguém se manifestado e diante da exposição do Conselheiro Joseph sobre o assunto, colocou em regime de urgência o Pacto Interfederativo – Sispacto para o ano de 2017 em votação, solicitando que aqueles que concordassem permanecessem sentados e os que não aprovassem se levantassem. O Pacto Interfederativo – Sispacto para o ano de 2017 foi aprovado por unanimidade. Na sequência, o Presidente deixou a palavra livre para assuntos de interesses dos conselheiros. O Secretário de Saúde informou que, conforme acabou de passar para a Secretária Executiva do Conselho, ainda não foi alterado o nome dele como responsável pelo Conselho no sistema SARGSUS; que isso precisa ser feito o mais rápido possível. O Presidente do Conselho perguntou qual Conselheiro se prontificaria a ser responsável pelo SARGSUS. O Conselheiro Joseph se apresentou, tendo sido aprovado por todos os conselheiros presentes para ser o responsável do Conselho pelo sistema SARGSUS. A Secretária Executiva Marianne explicou para os conselheiros que consta na ata da 2ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Saúde de Cataguases do ano de 2017 que a informação dada pela Coordenadora do setor de Vigilância Epidemiológica Tairisis que o Projeto de Fortalecimento de Vigilância em Saúde não teria sido aprovado pela GRS por causa de uma vírgula errada na deliberação e na ata da reunião do Conselho em que ele foi aprovado; que isso não é verdade, ele não foi aprovado porque o ofício encaminhado em outubro pela Coordenadora da Vigilância Sanitária Roseli solicitava a aprovação da prestação de contas do Projeto de Fortalecimento de Vigilância em Saúde; que então foi incluído na pauta da reunião, foi aprovado e feita deliberação da aprovação da prestação de contas do Projeto de Fortalecimento de Vigilância em Saúde; que quando o projeto chegou na GRS, inicialmente, a Coordenadora Tairisis disse que o problema da vírgula era porque o projeto foi aprovado com ressalva, a ressalva esta entre duas vírgulas; que a Coordenadora Tairisis pediu que ela, a Secretária Executiva, entrasse em contato na GRS para saber qual era o problema com a ata e deliberação do Conselho; que ela entrou em conta e esclareceram que não tinha nada de vírgula, que o problema é que foi aprovada a prestação de contas do Projeto de Fortalecimento de Vigilância em Saúde, e era para ter sido aprovado o Plano Municipal de Investimento de Vigilância em Saúde; que, só então, após ela descobrir que o erro nada tinha a ver com vírgula ou digitação da ata e da deliberação, mas sim o fato do assunto ter sido encaminhado errado para o Conselho, o atual Coordenador da Vigilância Sanitária encaminhou para ela um ofício solicitando que fosse apreciado e aprovado o Plano Municipal de Investimento de Vigilância em Saúde; que ela não podia fazer uma deliberação, tampouco o Presidente do Conselho assinar que foi aprovado algo que não era o que fora encaminhado; que ela esclarece porque não é perfeita, que acontece dela errar na digitação mesmo, mas ela jamais erraria em algo que poderia fazer com que a Secretaria de Saúde ficasse sem receber um recurso; que, só para esclarecer, o erro não foi dela ou do Conselho, mas sim deles que encaminharam o assunto errado. O Conselheiro José Francisco informou à Secretária Executiva que a correspondência do Conselho para a Sociedade São Vicente de Paulo deve passar a ser entregue na Rua Humberto Henrique, nº 344, bairro Bandeirantes, onde fica situado o Lar São Vicente de Paulo; que ele gostaria de agradecer ao Secretário de Saúde porque o Lar São Vicente de Paulo estava com um residente necessitando de passar por um tratamento desde o ano de 2012 e somente agora o problema foi resolvido, o residente de encontra em Juiz de Fora e já vai ser submetido à cirurgia. O Secretário de Saúde agradeceu e disse que realmente o caso era grave e eles tentaram resolver; que ele agradece ao Conselheiro por estar lá e tomar a iniciativa e mobilizar. O Conselheiro Ronaldo disse que, está chegando agora, mas entende que cada assunto deve ser tratado e esmiuçado aqui, na reunião, tanto quanto a alteração de Regimento, quanto a colocação de novos conselheiros ou outros assuntos; que tudo sendo esmiuçado na reunião, é possível que se possa entender, debater, e votar aqui. O convidado Cláudio, presidente da UAMC, falou sobre problemas de postos de saúde que chegam para eles, como problemas que estão ocorrendo no PSF da Pampulha de médicos que entram de férias e não tem médico para substituir; que outra coisa é que eles gostariam de saber o motivo da demora de exames que vão para a Secretaria e não voltam para o posto autorizados, bem como porque existe marcação de consulta somente na sexta-feira e só 12 consultas; que não vão mais nos bairros para poder ver quem precisa marcar consulta. O Secretário de Saúde disse que eles tomaram conhecimento disso, do problema de quando os médicos entram de férias, logo no início; que uma das estratégias que ele está adotando é fazer o remanejamento das consultas para outro posto; que em relação ao exame ele precisa saber qual é; que eles estão tentando apagar um bocado de incêndio na Secretaria de Saúde e ainda não chegaram nos PSF’s; que eles vão colocar um estagiário da FIC de engenharia de produção para poder estar trabalhando nos PSF’s para tentar acabar com esses problemas, inclusive de agendamento; que, infelizmente, a demanda é muito grande, e eles tem que deixar a autonomia na mão da enfermeira para que ela possa priorizar os casos que são mais graves; que outra estratégia que ele está querendo implantar são os conselhos comunitários, você ter em cada região uma pessoa responsável para trazer as questões para a Secretaria de Saúde, trazer as demandas da população; que a gestão do SUS é muito mais participativa hoje, existindo diversas formas da comunidade participar; que ele visitou várias unidades e viu diversos problemas e está tentando resolver, mas precisa da efetiva participação de todos para que tragam até ele os problemas e demandas; que ele pede que o convidado Cláudio traga para o Conselho os presidentes das associações de bairro para que possamos trabalhar juntos, pois a gestão do SUS hoje é participativa, todos nós devemos participar. O Conselheiro Joseph disse que pode falar em nome do PSF Paraíso que cobre o bairro Paraíso, Dico Leite e Bom pastor, que os agentes de saúde estão fazendo as visitas e agendando consultas, como manda o protocolo do programa; que são agendadas uma média de 15 a 20 consultas por dia basicamente em dois turnos, de manhã e de tarde; que são três bairros e o posto é o mais estrutura do município, tendo o luxo de ter médico das sete da manhã às cinco da tarde; que em relação aos exames não existe nenhum atraso, prova disso que dois pacientes hoje, com suspeita de infecção respiratória, foram solicitados os raio-x a parte da manhã e ele avaliou os exames na parte da tarde porque ele na precisa de laudo para avaliar um raio-x; que eles ajudam inclusive a atender a demanda reprimida de outros postos; que ele já tinha falado mais cedo com o Secretário de Saúde e amanhã irá falar com a Coordenadora da Atenção Básica Uiara, que ele irá no PSF da Pampulha para atender essa demanda reprimida de consultas e resolver esse problema de uma vez, pelo menos até o retorno das férias da médica de lá. A Conselheira Emília disse que o PSF do bairro Leonardo está com problemas; que tem hora que os funcionários atendem bem tem hora que atendem mal; que eles não gostam de atender direito, ficam brincando no celular; que tem que chamar o pessoal do Leonardo e conversar com eles. O convidado Celso disse que não tem o que reclamar dos funcionários do PSF Santa Clara; que a única dúvida que tinha era com relação aos exames, mas o Secretário já respondeu; que ele agradece muito a enfermeira Kátia lá do Santa Clara porque ela sempre atende eles muito bem e consegue as coisas que eles precisam. O Secretário de Saúde agradeceu e disse que é isso que eles querem ouvir, que está sendo feita a promoção e prevenção da saúde. O Conselheiro Joseph disse que o programa de tabagismo retorna agora no mês de abril, que eles estão organizando e o Paraíso será o posto de referência para organizar esse programa; que serão doze semanas de programa com parte médica, nutricionista, e outros. A convidada Tânia questionou o Secretário de Saúde com relação à perspectiva para o PSF do Centro que atende vários usuários. O Secretário disse que esse é o posto que mais atende usuários, sendo uma média de oito mil; que toda demanda de lá é maior por isso; que eles não tiveram a previsão de construção de nenhum posto no plano plurianual de saúde; que inclusive rodou uma notícia falsa com relação a uma proposta da deputada Margarida Salomão, só que emenda parlamentar você não pode simplesmente dizer que vai empregar aqui ou ali, você tem que ter um projeto, um planejamento; que falando de UBS você tem que constar isso no plano plurianual de saúde; que eles estão trabalhando nisso no plano plurianual; que o PSF do Centro seria isso, outra unidade para dividir da Praça Rui Barbosa e Vila Domingos Lopes; que eles tem que trabalhar essa questão, mas eles não tem hoje esse planejamento; que eles vão trabalhar para constar isso no plano plurianual de 2018 e correr atrás para conseguir isso; que a Pampulha, que é enorme também, teria que ter outra unidade e eles vão correr atrás para ver isso. O Conselheiro Ronaldo falou com o Secretário de Saúde que coloca a disposição o Sindicato Rural para ser utilizado como Posto de Saúde; que, inclusive, quando da doação do terreno constou que lá poderia ser utilizado para tal; que lá eles atendem o Centro, pois está localizado nele, e se a Secretaria puder fazer um planejamento poderia utilizar o espaço. O Secretário de Saúde disse que lá entraria como Unidade Básica de Saúde; que ele não sabe como está a situação do Sindicato com relação a legalidade de poder colocar lá o médico para fazer o atendimento, mas eles podem ver essa possibilidade e de repente fazer essa parceria. Por fim, o Presidente do Conselho perguntou se mais alguém tinha algo a dizer, não tendo ninguém se manifestado encerrou a reunião e, assim sendo eu, Marianne Stéphanie Lúcius Lacerda de Góes Telles Carvalho Alves Cardoso Vieira lavro esta Ata que segue por mim assinada e submeto a aprovação de todos. Cataguases, Minas Gerais, quatro de março de dois mil e dezessete.

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
|

|  |  |
| --- | --- |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Marianne Stéphanie Alves Vieira**Secretária Executiva do Conselho Municipal de Saúde | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Eliermes Teixeira de Almeida**Secretário Municipal de Saúde |
| **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Tarcísio do Carmo P. Lana**Associação Brasileira de Odontologia - ABO**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_** **Joseph Antonio Freire**Suplente Sociedade Médica e Cirúrgica de Cataguases**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Ronaldo do Carmo de Rezende**Sindicato Rural**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Rogério Tobias Norte**Rotary Club Cataguases**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Carlos Silvério**SINSERPU**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Emília Mota de Oliveira**União das Associações de Moradores de Cataguases - UAMC | **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Iraci Albina da Silva**Sindicato dos Trabalhadores da Área da Saúde**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Valéria Lazaroni Silva** Centro de Atendimento Psicosocial – CAPS**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****José do Carmo de Paula Silva**Pastoral da Criança **\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****José Francisco Ferreira**Sociedade São Vicente de Paulo**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_****Moisés Moura Brito Júnior**CREA/MG |
|   |  |

 |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|

|  |  |
| --- | --- |
|  |  |

 |